

---

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
LISTA DE QUADROS.....	15
PREFÁCIO	
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO	
<b>Anthony W. Pereira</b> .....	17
APRESENTAÇÃO	
A DISPUTA PELO CONCEITO DE ANISTIA NO BRASIL – DE	
IMPUNIDADE E ESQUECIMENTO À LIBERDADE E REPARAÇÃO	
<b>Paulo Abrão</b> .....	23
INTRODUÇÃO .....	35

PARTE I

TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA E  
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS CENTRAIS PARA O ESTUDO DAS TRANSIÇÕES....	45
1.1 Pressupostos mínimos para um estudo sobre as transições políticas: distinção de leituras do direito e da política .....	46
1.2 A natureza dos regimes repressivos: classificação semântico- valorativa e de tipo de regime e suas influências na aplicação jurídica de medidas transicionais .....	52
1.2.1 Classificações semântico-valorativas dos regimes autoritários.....	53
1.2.2 Tipos de regime e formas de transição.....	65
1.3 Procedimentos político-jurídicos para as aberturas democráticas na terceira onda .....	73
1.3.1. Definindo a terceira onda (localizando o modelo transicional brasileiro).....	73
1.3.2 Eleições como mecanismos transicionais.....	78
1.3.3 As anistias como mecanismos transicionais.....	84
1.4 O fim dos processos de transição: o que é uma “democracia consolidada”?.....	91

## CAPÍTULO 2

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COMO CAMINHO PARA O ESTADO DE DIREITO.....	101
2.1 Conceituando “Justiça de Transição” historicamente.....	104
2.2 O problema das classificações não substanciais: <i>justiça legal</i> e <i>justiça política</i> na criação e aplicação de mecanismos transicionais.....	113
2.3 Superando a separação estrita entre <i>justiça legal</i> e <i>justiça política</i> : para uma concepção substancial de Estado de Direito numa democracia constitucional.....	126
2.4 O Estado de Direito no contexto da transição: <i>transitional rule of law</i> .....	135
2.5 Os efeitos retrospectivos do Estado de Direito e releitura histórica dos fundamentos do direito e da Constituição – uma aproximação com o caso espanhol.....	144

## PARTE II

### DEMOCRATIZAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

## CAPÍTULO 3

A REDEMOCRATIZAÇÃO E OS OBSTÁCULOS PARA A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL.....	163
3.1 Democratização e justiça: estabelecendo distinções e refutando oposições teóricas à efetivação das dimensões da Justiça Transicional no Brasil.....	164
3.2 A “natureza” do regime e a transição sob controle.....	175
3.3 Entre o perdão e a impunidade: o paradoxo da vitória de todos na anistia brasileira.....	184
3.4 Eleições e democratização vertical.....	199
3.5 Luta pela anistia e movimentos sociais pós-1988 – o ocaso de um movimento.....	210

## CAPÍTULO 4

DECIFRANDO O MODELO TRANSICIONAL BRASILEIRO.....	219
4.1 Em busca do Estado de Direito: a reforma das instituições como fator autônomo à Justiça de Transição no Brasil.....	221
4.2 O eixo estruturante: as políticas de reparação e a reconciliação social com o Estado.....	233
4.2.1 Conformação histórico-normativa do processo reparatório.....	233
4.2.2 O programa brasileiro de reparações e sua abrangência.....	240
4.2.3 Assimetrias do processo reparatório brasileiro.....	251
4.2.4 O processo reparatório como eixo estruturante-condutor da Justiça de Transição no Brasil.....	260
4.3 Às voltas com o paradoxo da vitória de todos: memória, verdade, “reconciliação e esquecimento”.....	264

4.3.1	Conceituando “direito à memória” e “direito à verdade” para fins concretos .....	267
4.3.2	Conteúdo normativo e meios políticos de efetivação .....	272
4.3.3	Diagnóstico sobre a memória política e a confiança social nas instituições brasileiras.....	283
4.3.4	Medidas de efetivação do direito à memória e à verdade no Brasil ...	286
4.3.5	Conclusões e prognósticos .....	297
4.4	Justiça impossível: a lei de anistia e as limitações pré-constitucionais ao Estado Constitucional de Direito .....	299
4.4.1	O Poder Judiciário e as cortes constitucionais nas transições políticas .....	300
4.4.2	A lei de anistia de 1979 e o STF: o pleito por uma interpretação conforme a Constituição.....	309
4.4.3	Conexão criminal e bilateralidade da lei de anistia de 1979 .....	314
4.4.4	A recepção pela Constituição da lei de anistia e a continuidade material entre o ordenamento autoritário e o democrático .....	327
4.4.5	Temporalidade, separação de poderes e negativa de jurisdição .....	339
4.4.6	A decisão do STF sobre a lei de anistia: entre conservadorismo e reacionarismo.....	345
4.5	O Estado criminoso e a responsabilização abstrata: o modelo transicional brasileiro.....	354
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	361
	REFERÊNCIAS .....	369